

Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios

Igor Pereira Teles
Bolsista PICVOL/UFS
Graduando em História/UFS
igorteles@yahoo.com.br
João Paulo Gama Oliveira
Graduando em História pela UFS
Bolsista PIBIC/UFS
jpg_oliveira@yahoo.com.br
Membros do Grupo de Pesquisa: Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem
(DED/NPGED/UFS)

Resumo

Para ingressar nas instituições de ensino superior na segunda metade do século XIX era necessária a aprovação dos estudantes nos Exames Gerais de Preparatórios. Em Sergipe tais exames eram realizados no Atheneu Sergipense. Os pedidos para os preparatórios, a nomeação de bancas de examinadores e a imprensa da época foram as fontes prioritárias utilizadas na presente pesquisa. Auxiliados por autores vinculados à História Cultural, analisamos a presença feminina nos referidos exames no final do século XIX, como também a formação profissional dos examinadores.

Palavras-Chave: Exames Gerais de Preparatórios, educação feminina, bancas examinadoras, Atheneu Sergipense

Abstract

In order to attend institutions of higher education in the last half of XIX century it was necessary the admittance of students in preparatory general exams. In Sergipe these exams were done by the Atheneu Sergipense High School. The demands to preparatory exams, the appointment of the examination board and the press of that time were the main sources used by this research. Helped by Cultural History authors, we analyzed the female presence in these exams in final of century XIX as well as the professional formation of examiners.

Key-words: Preparatory general exams, female education, examination committees, Atheneu Sergipense High School, Sergipe

O Atheneu Sergipense e os Exames Gerais de Preparatórios nos oitocentos

No ano de 1830 surgem as primeiras tentativas de organizar os estudos secundários em Sergipe, na então capital da Província, São Cristóvão. Foram criadas inicialmente as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês. Essas aulas não tiveram êxito e posteriormente, no ano de 1847 foi fundado o Liceu de São Cristóvão, também conhecido como Liceu Sergipense. Durante sua existência, este conviveu com vários problemas, tais como a precária estrutura física, a falta de frequência e o baixo rendimento dos alunos, culminando com o encerramento de suas aulas com a mudança da capital para Aracaju, no ano de 1855. O Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, pretendia também transferir o Liceu, porém sua morte no mesmo ano da fundação da cidade, impediu a concretização dos seus planos conforme estudos realizados por Alves (2005).

Após a referida mudança da capital, houve ainda algumas tentativas frustradas de criação de uma instituição de estudos secundários em Aracaju. Contudo, somente em 24 de outubro de 1870, no governo do tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior e com o apoio do Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo foi criado o Atheneu Sergipense, oferecendo os cursos de Humanidades feito em quatro anos e Normal em dois anos de duração (ALVES, 2005).

A fundação do Atheneu Sergipense surgiu da necessidade da sociedade sergipana do século XIX, em usufruir de uma instituição de ensino que permitisse a continuidade dos estudos de seus filhos em sua terra natal, sem ter que deixar, muitas vezes ainda adolescentes, o seio familiar para buscar um ensino de maior qualidade e uma conseqüente aprovação nos Exames Gerais de Preparatórios.

Estes exames, criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo ministro Couto Ferraz, instituído pelo Decreto n. 1.331-A, trazendo no artigo 112 a determinação que os Discípulos das Aulas e Estabelecimentos Particulares de Instrução Secundária teriam que ser admitidos através de Exames Públicos por escrito, no mês de novembro, das matérias determinadas como Preparatórios para o ingresso nas Academias Imperiais (OLIVEIRA, 2006).

O interesse em entrar no ensino superior acabou por transformar o ensino secundário apenas em um meio de instruir os jovens para a aprovação nos Exames de Preparatórios. Limitava-se em demasia o universo educacional da época, pois os estudantes

esforçavam-se apenas para aprender os conteúdos exigidos nos Preparatórios, restringindo assim os seus horizontes (Cf. HAIDAR, 1972).

A realização dos Exames estava restrita a capital de algumas Províncias e ao município da Corte. Procurando rever essa situação desgastante por parte dos jovens, os quais tinham que se deslocar a outras localidades para tal fim, em 2 de outubro de 1873, segundo o Decreto 5.249, o Ministro do Império, João Alfredo, cria mesas gerais de exames nas Províncias onde não havia faculdades. No tocante a Sergipe, tal fato pode ser comprovado no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916), no referido ano só aconteceram exames nas matérias que constituem o Curso Normal: Gramática, Filosofia, Pedagogia, Geografia e Aritmética. O Atheneu Sergipense passa a ser então a instituição educacional sergipana responsável pela realização de tais exames.

Trabalhando como pesquisadores e organizadores no “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense” entramos em contato com uma série de documentos que podem contribuir de forma significativa na construção da história da educação sergipana dos séculos XIX e XX.³³ Entre esses documentos, foram localizados trezentos e setenta e oito pedidos de inscrição para os Exames de Preparatórios nos anos de 1889 e 1890, sendo registrados pedidos de quatro mulheres para tais exames, além de um documento que nomeia os julgadores que formaram as bancas dos exames de preparatórios em 1890 naquela “Casa de Educação Literária”. Compactuando com as preleções de Febvre, quando este clássico autor, um dos principais fundadores da Escola dos Annales declara que se deve:

Estabelecer os factos e depois tratá-los...Sim, mas atenção: não se vá assim instituir uma divisão do trabalho nefasta, uma hierarquia perigosa. Não encorajamos aqueles, que aparentemente modestos e receosos, na realidade passivos e imitadores, amontoam factos para nada, e depois, de braços cruzados, esperam eternamente que venha o homem capaz de os reunir. Tantas pedras no campo da história, talhadas por pedreiros benévolos e depois abandonadas, inúteis no terreno...[...] Elaborar um facto é construir. Se se quiser, é fornecer

³³ O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) constitui-se em um projeto aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe (a extinta FAP-SE, hoje Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC-SE), que tem como um dos objetivos o levantamento e a catalogação das fontes documentais produzidas pela instituição, no período de 1870 a 1950, de modo que esse precioso acervo seja preservado e disponível para futuras pesquisas. O trabalho encontra-se em desenvolvimento, para maiores esclarecimentos sobre a trajetória do CEMAS consultar (OLIVEIRA e TELES, 2006a).

uma resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada (FEBVRE, 1985, p.19/20).

Procurando seguir essa perspectiva, num primeiro momento abordaremos a questão da presença feminina nos pedidos de inscrição nos Exames Gerais de Preparatórios, atentos para a situação de escolarização da mulher no final do século XIX. Em seguida, faremos uma análise do documento que nomeia as referidas bancas de examinadores do ano de 1890. Como fontes, além dessa última, usaremos também a imprensa da época, as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, o Livro de Inscrição nos Exames de Língua Inglesa que abrange o período de 1874-1898, entre outros vestígios que aliados a alguns autores vinculados a vertente da Nova História Cultural formam a base desse artigo.

A presença feminina nos Exames Gerais de Preparatórios

Chamou nossa atenção o fato, de no final do século XIX, mulheres sergipanas mostrarem interesse por continuar seus estudos, enviando pedidos para serem examinadas nos Preparatórios do Atheneu Sergipense, quando a predominância em tais pedidos era masculina.

Debruçamo-nos então sobre uma análise das produções historiográficas sergipanas e de algumas fontes disponíveis relacionadas ao final do século XIX, e percebemos a existência de poucos estudos dentro da história educacional feminina na época em foco³⁴. Sendo assim, o estudo sobre o tema poderá contribuir para melhor explicar a situação das jovens do Estado de Sergipe e as dificuldades encontradas por elas ao tentarem acesso a uma maior escolarização, considerando que:

O documento em si não é História, não faz História. É importante destacar que são as perguntas que o pesquisador (a) tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver pergunta, o material não será suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada (GALVÃO E LOPES, 2001, p. 92).

Em concordância com tal afirmação, partimos para fazer a exegese dos documentos correspondentes às solicitações de exames em determinadas disciplinas, e que se

³⁴ Dentre esses estudos destacamos: FREITAS (2002), FREITAS et all (2002), FREITAS (2003) e ALBUQUERQUE (2005).

caracterizam por apresentar: o nome da instituição e a assinatura das diretoras, quando os discentes estudavam em escolas, ou em outros casos o nome do docente que lecionou as disciplinas em aulas avulsas. Este documento assinado servia para comprovar que os alunos estavam habilitados a prestarem o exame das disciplinas específicas para o ingresso nas Faculdades da época.

Se para os meninos existia uma preocupação por parte da família em fazer com que os mesmos ficassem o maior tempo possível próximos de seus lares, com as meninas isso ficava mais evidente levando-se em consideração a visão que a sociedade da época possuía, com relação à educação e suas distinções de sexo, pois segundo Louro:

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e meninos como processos únicos, de algum modo *universais* dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais (LOURO, 2002, p. 444).

A escolarização feminina, em geral, limitava-se ao ensino de primeiras letras, normalmente transmitidas por preceptoras, ou aulas “domésticas”, tendo como prioridade o ensino de prendas do lar, com o objetivo de torná-las boas esposas e mães de família. Dentro de uma sociedade que discriminava a busca das mulheres pelos estudos, mesmo quando essas alcançavam, ainda tornavam-se sujeitas a uma diferenciação no ensino. No início da formação educacional meninos e meninas aprendiam a ler, escrever, contar e a doutrina cristã, porém em seguida apareciam distinções, pois para os rapazes eram lecionadas noções de Geometria e para as moças bordado e costura (LOURO, 2002).

Ao final do século XIX, as jovens sergipanas viam no Curso Normal uma das poucas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho, sendo a atividade do magistério, aceita socialmente por ser considerada como uma extensão das atividades femininas perante a sociedade (FREITAS, 2002). Partindo dos pedidos de exames localizados, percebemos que já havia no final dos oitocentos uma busca da mulher sergipana por outras formas de trabalho, e até mesmo de condições de vida que não fossem aquelas impostas pela sociedade vigente.

Dentro de alguns desses pedidos foram encontradas as guias de pagamento que eram efetuados na Delegacia Especial. O valor deste pagamento, no ano de 1889,

correspondia a importância de três mil cento e cinquenta réis sendo que cada guia corresponde a inscrição de uma disciplina, nela constava também se a aluna havia estudado na Província ou não.

No ano de 1889, duas alunas enviaram seus pedidos de inscrição: Laura de Britto Sant' Anna e Elisa d'Oliveira. A solicitação de Laura de Brito, feita para as disciplinas de Aritmética, assinada pelo professor Joaquim do Prado A. Leite e a de Língua Portuguesa por Manuel Francisco d' Oliveira foram apresentadas com as guias de pagamento.

O professor Joaquim do Prado A. Leite possuía a formação de Farmacêutico e Bacharel, exercendo a profissão de promotor, juiz, deputado. Quando professor do Atheneu Sergipense lecionou Aritmética, Álgebra, Literatura, Lógica, Psicologia e Direito Público (Cf. ALVES, 2005). Já o professor Manuel Francisco de Oliveira exerceu o magistério no Atheneu Sergipense ensinando História, Religião, Pedagogia, Geografia, Astronomia e na Escola Normal as matérias de Geografia e História. Foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em 28 de setembro de 1894, cargo em que se aposentou (GUARANÁ, 1925, 208/209).

A estudante Elisa d'Oliveira, aos 16 anos de idade, filha do Dr. Domingos d' Oliveira Ribeiro, apresentou pedidos das disciplinas de Português, Francês e Inglês, sendo assinados pelas diretoras do Colégio Inglês, Júlia de Oliveira e Anna Carrol. Esta instituição possuía como diferencial o ensino de línguas estrangeiras que habitualmente não estavam presentes na formação disciplinar destinada à educação feminina³⁵.

As guias de pagamento de Elisa d'Oliveira assim como as de Laura d' Britto Sant' Anna continham o nome da disciplina, e deveriam ser pagas na Recebedoria Provincial, declarando também onde cursou a matéria. As guias de Elisa d'Oliveira trazem o nome do delegado Dr. Galdim Telles de Menezes, porém as de Laura d' Britto não contém o nome do mesmo. Tais detalhes expressam a operacionalidade administrativa dos exames.

Em 2 de outubro de 1890, o jornal "O Republicano", traz o Edital de abertura dos Exames de Preparatórios, registrando inscrições até o final daquele mês. Dentre os pedidos apresentados, a estudante Anna Lobão apresenta os de Francês e Português e Flora de Alencar Menezes os de Português, Francês e Inglês. A lista dos resultados dos exames feito naquele ano, divulgada também pelo citado jornal, apresenta Anna Lobão

³⁵ Sobre o Colégio Inglês consultar FREITAS et all (2002).

e Flora de Alencar Menezes como “aprovadas plenamente” nos exames de Francês e Português, no exame de Inglês, Flora de Alencar Menezes foi “aprovada com distinção”, sendo ela a única mulher a ser aprovada com distinção na turma. Por essa época os tipos de aprovação eram: com distinção, plenamente ou simplesmente.

A análise realizada desses pedidos ajuda a compreender que desde o século XIX, a mulher sergipana desejava a entrada no ensino superior. As mulheres que foram estudadas estão entre as primeiras sergipanas, que embora sendo educadas em aulas particulares ou em instituições de ensino voltadas exclusivamente para a educação feminina, adentraram em um universo predominantemente masculino.

Tal afirmação evidencia-se também ao comparar o número de pedidos entre os gêneros nos anos de 1889 e 1890, os quais num universo de trezentos e setenta e oito, aparecem nove pleitos de mulheres. Confrontando esses dados com o número de matriculados no ensino de primeiras letras em Sergipe no ano da Proclamação da República, esse perfazia um total de 5.119, sendo 2.569 alunos e 2.550 alunas (NUNES, 1984, p. 158). Esse quadro numérico possibilita perceber o desnível entre o quantitativo de mulheres que iniciavam seus estudos em contraposição com as poucas que chegavam a buscar o ensino superior.

Tais exames permitem notar a presença feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX, demonstrando que já havia o interesse por parte das estudantes em ingressar em uma das poucas escolas superiores existentes no Brasil, prestando os exames no próprio Estado de Sergipe.

As Bancas dos Exames Gerais de Preparatórios no Atheneu Sergipense nos idos de 1890

O regulamento da Instrução Primária e Secundária, baixado com o decreto nº 1331^a de 17 de fevereiro de 1854, entre outras importantes providências, criou também na Corte, junto à Inspetoria Geral, **bancas de exames preparatórios**. Instruções especiais regulamentaram minuciosamente a forma de realização de tais provas e a composição das mesas julgadoras com o objetivo de evitar toda e qualquer fraude (HAIDAR, 1972, p. 51, grifo nosso).

A importância dos Exames Gerais de Preparatórios era tamanha que a nomeação da Banca julgadora desses, era feita pelo Presidente da Província. Com a Proclamação da República, a nomeação passa a ser efetuada pelo Governador do Estado. Dessa forma,

no dia 14 de Novembro de 1890, Lourenço Freire de Mesquita Dantas³⁶, governador do Estado de Sergipe em exercício, nomeia, conforme documento localizado no CEMAS, vinte e um membros para compor as bancas julgadoras dos Exames Gerais de Preparatórios daquele ano, no tocante a doze disciplinas: Português, Francez, Inglez, Latim, Geographia, História Geral, Chorographia e História do Brazil, Philosophia, Arithmetica, Álgebra, Geometria e Rhetorica.

Ao analisar este documento questionamo-nos sobre quem eram esses examinadores e sua formação, em que áreas atuavam, como era sua participação dentro da sociedade sergipana e dentro do próprio Atheneu Sergipense, pois estes seriam os responsáveis por julgar a habilitação ou não dos candidatos a ingressar no Ensino Superior.

Utilizamos para elucidar melhor a formação dessas bancas, além do documento que nomeia as mesmas no ano de 1890, os pedidos para realização dos exames desse mesmo ano, o Livro de Inscrição nos Exames de Língua Inglesa que abrange o período de 1874-1898, as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916) e a imprensa da época. Podemos enquadrar essa investigação no campo da historiografia educacional, no pensamento de Le Goff quando este autor nos diz que é necessário uma:

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar e diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total, enfim... (LE GOFF, 1998, p. 38)

Levando-se em consideração esta afirmação debruçamo-nos sobre os julgadores e sua formação, numa tentativa de compreender melhor alguns aspectos que construíram as práticas educativas da época. Cada banca era composta por três examinadores, sendo um desses o presidente, tais examinadores analisariam os alunos que prestavam exames para uma ou mais disciplinas exigidas para ingressar nas Faculdades, sendo que esses muitas vezes não eram apenas professores. Procuramos então fazer um levantamento parcial da formação desses profissionais e a sua nomeação para uma ou mais bancas no

³⁶ Lourenço Freire de Mesquita Dantas ocupava a posição de segundo vice-governador de Sergipe no governo de Felisbello Firmino de Oliveira Freire. Após o afastamento deste, assume o vice-governador capitão de fragata Augusto Cezar da Silva, este por sua vez recebe autorização para retornar a capital federal e assim passa no dia 4 de novembro de 1890 administração do Estado para Lourenço Dantas.

ano de 1890, como também um esboço de estudo sobre algumas disciplinas que eles analisariam.

Dessa forma, por meio de nomeação foi designado para presidente da Banca de Português³⁷ o Major Óseas de Oliveira Cardoso, juntamente com os professores Ignácio de Souza Valadão e Balthazar Góes. Este último nasceu em 1853 e faleceu em 1914, fez o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense, sendo diretor dessa instituição, entre outras de renome na época, como a Instrução Pública. Fez parte do Triunvirato que governou o Estado de Sergipe logo após a Proclamação da República em 1889 (GUARANÁ, 1925). Também foi professor do Atheneu, nos anos de 1890 e 1893, lecionando as disciplinas de Geografia Geral, Astronomia e a matéria para a qual ele teria sido nomeado examinador (Português).

Para compor a Banca dos Exames de Francês, nomeou-se para presidente Paulilio Fernandes de Barros, o Dr. Felino Martins Fontes Carvalho e João de Araújo. Este último nascido em Aracaju no ano de 1865, formou-se em Direito na Faculdade de Recife em 1889, sendo nesse mesmo ano nomeado Promotor Público da cidade de Propriá no interior sergipano. Exerceu vários cargos tanto no seu Estado como em outros, representou Sergipe na constituinte de 1892, vindo a falecer em 1898 (GUARANÁ, 1925). Nota-se desse modo o prestígio que um examinador da banca deveria ter na sociedade, pois nesse caso temos um Promotor Público que mesmo não sendo professor foi convocado para compor a banca.

É importante notar que o sistema de Exames Preparatórios sofreu duras críticas durante sua existência, ressaltando-se essas aos exames de Línguas Vivas, podemos observar que:

Ao transcrever o relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, datado de 27 de setembro de 1890 e assinado pelo Dr. B. Franklin Ramiz Galvão, o ministro censurava o sistema vigente, principalmente na parte relativa aos Exames de Línguas nos quais se exigia uma composição sobre um tema escolhido pelos Examinadores. Segundo o Inspetor, a composição em Português e a versão desta composição para a Língua Estrangeira, não era uma prova séria, pois “o aluno industriado procura frases curtas e fáceis, de verter e abreviar seu trabalho, pretextando a falta de matéria ou insere umas frases já preparadas(...)... No caos das Línguas Estrangeiras, o Inspetor era

³⁷ Segundo Haidar (1972) o Decreto de 4.430 de 30 de outubro de 1869 amplia os Preparatórios com a inclusão de Português, com o objetivo de melhor avaliar os examinados, tal disposição deveria entrar em vigor no ano de 1871.

taxativo: “em geral péssima leitura, tradução má, foi tudo o que ouvi” (apud. OLIVEIRA, 2006, p.317)

As críticas não se restringiam aos exames de Línguas, questionava-se a legitimidade das bancas, a maneira como os exames eram realizados, como também os pontos que atestariam se o examinado estaria habilitado ou não para ingressar nas Faculdades da época. Segundo Nunes (1984), “a educação secundária praticamente desapareceu tragada pelos preparatórios”, talvez a permanência ou não deste tipo de exame tenha sido uma das questões que provocaram maiores debates e questionamento no tocante a educação oitocentista.

Devido às deficiências apresentadas na execução dos exames, o Ministro Barão de Mamoré, em fevereiro de 1886, suspende os Exames de Preparatórios nos Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe³⁸. As demais províncias onde não houvessem Faculdades foram instruídas em como proceder na efetuação dos Exames. Somente após serem estabelecidas diversas reformas é que, em 19 de novembro do mesmo ano, foram restabelecidos os Exames nos citados dois estados nordestinos (OLIVEIRA, 2006).

Ciente da ineficiência dos Preparatórios, Benjamim Constante Botelho de Magalhães que havia assumido o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 19 de abril de 1890, extingue os Preparatórios e propõe que o aluno realizasse três tipos de exames. O primeiro seria o de Suficiência, avaliando o aluno nas matérias que seriam continuadas no ano seguinte; os Finais, que avaliaria as matérias já concluídas; e por último o de Madureza que verificaria se o aluno tinha adquirido uma cultura intelectual necessária para o ingresso nos cursos superiores. Entretanto, em 21 de janeiro de 1891, Benjamim Constante foi afastado do ministério e as reformas propostas acabaram não entrando em vigor, permanecendo assim o ultrapassado Exame de Preparatório (NUNES, 1984).

Voltando para uma análise das nomeações vemos que no caso dos Exames de Preparatórios de Língua Inglesa as inscrições começaram no dia primeiro do mês de novembro indo até o dia quatorze do mesmo mês, data de nomeação dos professores para as bancas. Segundo o livro de inscrição nos Exames Preparatórios de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense que corresponde ao período de 1874 a 1898, foram onze os candidatos.

³⁸ Segundo estudos realizados por Alves, embasados nas crônicas de Campos, a autora nos diz que os anos de 1890 relembram a desmoralização que Sergipe sofreu no ensino secundário. Seria o tempo dos “Cubanos”, e a cidade de Aracaju era invadida por estudantes de outros Estados que prestavam os exames de Preparatórios, “carregados de cartas de recomendações” (ALVES, 2005).

Tal livro indica o nome dos candidatos que pleitearam fazer os exames naquela “Casa de Educação Literária”, como também o nome do diretor da instituição de ensino e do diretor da Instrução Pública que muitas vezes era o mesmo. Podemos observar também as datas de realização desses exames, quando começavam e acabavam as inscrições, se houve abertura de editais mais de uma vez no mesmo ano, começando a compreender assim traços da vida escolar e da educação secundária no final dos oitocentos.

Com relação às inscrições para os Exames Gerais de Preparatórios, essas deveriam ocorrer “entre os dias 3 e 17 de novembro, os alunos das escolas públicas e dos Colégios e professores particulares que pretendessem fazer Exame das matérias exigidas como Preparatórias para admissão dos cursos superiores do Império” (OLIVEIRA, 2006, p. 306). Os pedidos localizados e as notícias trazidas pelo Jornal “O Republicano” no ano de 1890 confirmam que em Sergipe as inscrições também seguiam essas deliberações.

Para a Banca de Inglês o Dr. Francisco de Paulo Freire foi designado como o presidente da mesma, este começou os seus preparatórios no Atheneu Sergipense, mas concluiu o curso de Medicina na Faculdade da Bahia em 1885. No mesmo ano da nomeação da Banca de Exames tornou-se médico adjunto, também exerceu a medicina em vários locais do interior de Sergipe (GUARANÀ, 1925). Esse examinador é um dos seis médicos que participam das bancas analisadas, é possível que pelo grau de importância que o médico, enquanto profissional, possuía na época, suas atribuições fossem variáveis, colocando muitas vezes em questão a capacidade da Banca Examinadora. Talvez o distanciamento da formação com a matéria a qual julgava colocaria dúvida a legalidade das mesas examinadoras, como aponta Haidar:

Na verdade, a facilidade na obtenção dos certificados propiciada pela multiplicação das bancas de exames levou à desmoralização completa dos estudos preparatórios pois, se de um lado estimulou a proliferação das aulas secundárias, desencorajou igualmente os estudos perseverantes, metódicos e ordenados. Para que longos e penosos estudos? Uma carta de empenho ou uma viagem em busca de bancas propícias os supriam com vantagens na corrida em busca de certificados (HAIDAR, 1972, p. 58-59).

O professor Alfredo de Siqueira Montes, um dos membros da Banca de Inglês, fez seus estudos secundários no Atheneu Sergipense começando nessa instituição o seu agrado pelo estudo de Inglês. Distinguindo-se contudo, nos estudos de Latim, posteriormente aprofundara suas pesquisas em línguas neo-latinas. Em 1877 prestou concurso para a

cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense e foi aprovado, sendo lente também do ensino secundário privado (Cf. AMORIM, 2006).

Pelo que trás as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916) o professor Alfredo Siqueira Montes era um professor atuante no campo educacional, entre outras ações destacamos a sua presença na comissão composta pelo Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Galdim Teles de Menezes, e o também professor do Atheneu Sergipense Geminiano Pais de Azevedo, que tinha o objetivo de elaborar um projeto para reformar a Instrução Pública no Governo Provisório Republicano.

Como presidente da Banca de Latim foi nomeado o Dr. Thomaz Diogo Leopoldo, tendo este feito parte do corpo docente do Atheneu Sergipense desde a sua criação como lente de Gramática Filosófica da Língua Nacional Análise dos Clássicos/ Retórica e Poética no ano de 1871 (ALVES, 2005). Compondo ainda a banca o Padre Diogo José de Sant'Anna e o professor Felix Diniz Barreto, nascido em Sergipe, fez seu curso de Humanidades em Pernambuco, desde essa época já se distinguia como bom aluno de Latim. Vindo de uma tradição familiar de professores, ele foi o Catedrático de Latim no Atheneu Sergipense e de Pedagogia na Escola Normal, além de ensinar em outras instituições na própria Aracaju ou no interior do Estado. (GUARANÁ, 1925). Nas provas de Línguas havia tradução, análise lógica e gramatical de trechos escolhidos de autores clássicos latinos, ingleses e franceses, o tempo de duração das provas orais seria de dez minutos, e o aluno teria mais dez minutos para refletir sobre o ponto como afirma em seus estudos Oliveira (2006).

No tocante à disciplina de Geografia foram localizados doze pedidos de inscrição nos Exames Gerais de Preparatórios. Para compor a banca julgadora de tal disciplina foi nomeado como Presidente o Capitão João Rodrigues de Miranda e os examinadores Dr. João de Araujo Lima e o Dr. João Antonio da Silva Marques formado em medicina na Faculdade da Bahia, logo depois entrou para o serviço militar, foi condecorado como cavaleiro das Ordens de Cristo e de São Bento de Assis pelo Governo Imperial (GUARANÁ, 1925).

História Geral teve como presidente da banca o professor Alfredo Montes, além de João Antonio da Silva Marques e João de Araújo Lima compondo a mesma. Esse último também nomeado juntamente com o Dr. Thomaz Diogo Leopoldo e o Dr. João Telles de Menezes como presidente, para a Banca de Chorographia e História do Brasil. Conforme Guaraná (1925) João Telles de Menezes era médico, tendo ido prestar seus

serviços na Guerra do Paraguai no ano de 1867 ficando lá até o termino da guerra. Um assíduo colaborador da imprensa brasileira, escrevendo constantemente sobre religião, higiene, febres e assuntos afins. No ano de 1890 houve concurso para a cadeira de Chorographia e História do Brasil, os pontos para tais concursos são transcritos nas atas da Congregação do Atheneu Sergipense³⁹.

Para a disciplina de Filosofia, foram nomeados o Padre Diogo José de Sant'Anna, o Dr. Daniel Campos e o professor Brício Cardoso como presidente. Conforme Guaraná (1925) o Dr. Daniel Campos formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, foi professor de Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense, depois removido para a cadeira de Filosofia em 1882, com a extinção desta última em 1893 voltou para a sua primeira cadeira. Segundo as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, no dia 19/04/1882 nas determinações e deliberações cita a: “posse do prof. vitalício de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Elementos de Fisiologia e Higiene – Daniel Campos”⁴⁰.

A presença do Padre Diogo José de Sant'Anna em duas bancas, Latim e Filosofia, nos apontam para a participação religiosa no cotidiano escolar do Atheneu Sergipense, valendo salientar que o Latim é a Língua base da Igreja Católica, assim como a Filosofia faz parte dos estudos na formação do sacerdote. Dessa forma, pressupõe-se que um padre seria uma das pessoas mais habilitadas para analisar os examinandos das referidas matérias.

Para a banca de Aritmética, a nomeação como presidente ficou para o Farmacêutico João Martins Pereira, fazendo parte da banca também os professores Joaquim do Prado Araujo e Eutychio de Novaes Lins. Consta em Guaraná (1925), que Eutychio de Novaes Lins começou seus estudos de Português e Latim, e quando se sentiu preparado passou a dar aulas particulares, logo depois foi nomeado para uma cadeira num povoado do interior de Sergipe. Fez o curso na Escola Normal terminando em 1874 e somente em dois de maio de 1904 foi nomeado professor interino de Aritmética e Álgebra do Atheneu Sergipense, no mesmo ano foi nomeado professor vitalício de Aritmética Elementar naquela mesma instituição. Dessa forma podemos observar um professor que possuía uma ligação muito próxima com a matéria a qual iria examinar, devendo estar

³⁹ Os concursos para a disciplina de História no final do século XIX e início do XX ocorridos no Atheneu Sergipense, estão sendo analisados na monografia de conclusão de curso em História Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe por Igor Pereira Teles, um dos signatários do presente artigo.

⁴⁰ Sobre a trajetória histórica da Cadeira de Química nos Estudos Secundários de Sergipe consultar Alves (2004).

preparado para julgar os exames, contudo não lhes é concedido à nomeação como presidente da banca. Pelos estudos realizados por (ALVES, 2005) percebemos também que no ano de 1888 o Atheneu Sergipense tinha adotado como livro para disciplina de Aritmética e Álgebra os compêndios de Bernardo Alves Carneiro, sendo este mantido até 1892, quando serão acrescidos outros dois, Álgebra de Luiz Pedro Drago e Geometria de Cristiano Benedito Ottoni.

Para compor a banca de Álgebra tivemos como presidente o Dr. João Telles de Menezes, o 1º Tenente Álvaro de Medeiros Chaves, e o professor Joaquim do Prado Araújo Leite. Este nomeado lente vitalício da cadeira de Aritmética e Álgebra no dia 05/04/1882, juntamente com Luiz Carlos da Silva Lisboa também lente vitalício da cadeira de Pedagogia Teórica e Prática. Tendo feito seus estudos secundários no Atheneu Sergipense, formou-se em Direito na Faculdade do Recife, exercendo os cargos de promotor, juiz e deputado, além de lente de Aritmética e Álgebra, foi professor também de Literatura/Lógica, Psicologia /Lógica e Lógica e Direito Público na mesma instituição onde cursou o secundário.

Com relação à Geometria, foram nomeados, o 1º Tenente Álvaro de Medeiros Chaves e o Dr. Daniel Campos e como presidente Dr. Felino Martins Fontes Carvalho nascido no município de Riachão em 1859, fez os seus preparatórios em Aracaju, formando-se em Medicina na Bahia em 1885. Logo depois de formado residiu no município sergipano de Lagarto, vindo morar na capital do Estado em setembro de 1890, mesmo ano em que vai ser chamado para fazer parte da Banca dos Exames (GUARANÁ, 1925).

Ignácio de Souza Valadão fez parte do primeiro corpo docente do Atheneu Sergipense como lente de Pedagogia no ano de 1871 (ALVES, 2005), sendo nomeado para presidente da Banca de Retórica. Além deste a banca também contou com a presença do professor de Latim Felix Diniz Barreto e do professor Brício Cardoso, sendo este último aprovado para professor público do ensino primário em 1870, quatro anos depois foi removido para a cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense. Durante quarenta e dois anos exerceu o magistério, assumindo também por várias vezes o cargo de Diretor das Escolas Normais (GALLY, 2004).

Percebemos que em todas as bancas pesquisadas havia a presença de seis médicos, sendo que dois desses exerciam efetivamente a docência, dois promotores, também um desses fazia parte do corpo docente do Atheneu Sergipense, um farmacêutico, um padre,

um tenente coronel, um capitão, um major, sete professores, além do Senhor Paulilio Fernandes de Barros cuja profissão não conseguimos localizar.

Contudo, dentre os examinadores que foram nomeados para as bancas, os que efetivamente exerciam uma cadeira na instituição que era responsável pela realização dos exames, localizamos seis professores, Alfredo de Siqueira Montes no tocante a Língua Inglesa, o professor e bacharel Joaquim do Prado Sampaio Leite para a disciplina de Álgebra, Brício Cardoso para a disciplina de Retórica, o professor e médico Daniel Campos para Filosofia, que apesar de no ano da nomeação não pertencer à cadeira da matéria, já tinha pertencido à mesma. Houve também Felix Diniz Barreto para a banca de Latim, e Balthazar de Araújo Góes para a Banca de Português.

Depreendemos também que havia a nomeação de um mesmo examinador para várias bancas num mesmo ano, dos julgadores estudados, oito foram nomeados para uma banca, doze para duas e um para quatro. É curioso notar que o único nomeado para compor quatro bancas, João de Araújo Lima, não tem uma formação ligada diretamente às práticas educativas, sendo o mesmo bacharel em Direito e Promotor Público. Outro fator de importante relevância é a presença do médico e professor Olintho Rodrigues Dantas na Banca de Inglês e não na Banca de Latim da qual era professor catedrático. Possivelmente tal prática ocorria devido a falta de cursos voltados exclusivamente para a formação de professores, sendo assim havia uma necessidade de profissionais de outras áreas para atuarem nas práticas educativas, isso pôde ser evidenciado no transcorrer dessa investigação analisando os nomeados para as bancas julgadoras.

Considerações Finais

Por meio da pesquisa realizada tendo como fontes documentais prioritárias os pedidos de Exames Gerais de Preparatórios dos anos 1889 e 1890, percebemos que tais documentos nos forneceram vestígios para que pudéssemos adentrar não só nas práticas educativas existentes naquela “Casa de Educação Literária” como também a sociedade sergipana do final do século XIX. Os pedidos demonstram uma procura considerável, evidenciando o interesse da juventude sergipana em ingressar em uma das instituições superiores da época.

Depreendemos também que mesmo em número diminuto, algumas mulheres pleitearam tais exames, contrariando uma tendência da sociedade que restringia a educação das moças ao ensino secundário, tal modalidade de ensino era cursado geralmente em

instituições voltadas para educação feminina, dessa forma estas eram preparadas para exercerem tarefas relacionadas a atividades do lar. Contudo, por meio dos pedidos das quatro jovens aqui investigados vislumbramos um esforço para um rompimento com os padrões sociais vigentes.

Não podemos encarar os pedidos dessas estudantes como um fato simplório. De uma forma ou de outra essas estariam adentrando num universo até então predominantemente masculino. Devemos atentar que as mulheres ao buscarem o ensino superior conseqüentemente passariam a ocupar também funções exercidas apenas por homens, denotando assim que os documentos das instituições escolares, no caso específico os pedidos de exames, indicam não só aspectos do cotidiano educacional de outrora, como também da sociedade pela qual essas práticas educativas permearam.

Com relação aos responsáveis pelo julgamento das habilidades intelectuais dos examinados é perceptível a presença das mais diversas profissões nessas bancas - promotor, farmacêutico, padre, major, capitão, tenente - contudo nota-se um número maior de médicos, correspondendo a quase um terço dos examinadores.

A análise desses documentos nos possibilitou ainda uma visão que justifica as constantes críticas feitas aos Exames Gerais de Preparatórios no século XIX e suas bancas julgadoras, sendo esses muitas vezes avaliados por pessoas que teoricamente não possuíam vínculos com aquelas disciplinas, ou até mais, simplesmente por possui uma profissão de destaque dentro da sociedade sergipana dos oitocentos.

As disciplinas analisadas, os seus respectivos julgadores, a imprensa da época, e os pedidos de Exames Gerais de Preparatório como um todo, permitiram-nos perceber traços que nos ajudam a construir um quadro mais amplo sobre a formação dos examinadores, sua atuação e suas práticas, assim como uma presença feminina nos preparatórios sergipanos do final do século XIX, procurando assim, contribuir com uma parcela significativa nas pesquisas no campo da historiografia, como também da história da educação.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. "Aspectos Históricos do Ensino de Química nos Estudos Secundários em Sergipe". In: *Caderno UFS Química e Educação*. Vol. 6. Fascículo 2. 2004.
- _____. *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. 2005. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.
- AMORIM, Simone Silveira. *A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. "A Educação como espetáculo". In: Maria Stephanou. Maria Helena Câmara Bastos (org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 116-131.
- DANTAS, Ibarê. *História Política de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- FEBVRE, LUCIEN. *Combate pela História*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, et al. "Pernambuco, Sergipe, São Paulo: os caminhos do Colégio Inglês na educação feminina". In: *Revista Horizontes*, Bragança Paulista/SP, v. 20, n. 12, p. 1-13, 2002.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. "Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX". In: *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v.4, p. 45-65, jan/jun, 2002.
- _____. *Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX*. Tese de Doutorado em Educação. UNICAMP. 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- GALLY, Christiane de Menezes. *Brycio Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2004.
- GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-bibliografico Sergipano*. Rio de Janeiro. 1925.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, ed. USP, 1972.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: Mary Del Priore (org.) Carla Bassanezi (coord. de textos). In: *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.
- NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- NUNES, Maria Thétis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. São Cristóvão, SE. 2ª ed. Editora da UFS, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo Meneses de. *A instituição do ensino das Línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809/ 1890)*. 2006. ps. 293/317. Tese de Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira. "O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - Primeiros Resultados". IN: XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2006, São Cristóvão - Se. Anais Eletrônicos do XVI

Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Pós-Graduação, São Cristóvão: UFS, 2006.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: “As vozes do Silêncio”. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). *In: Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 217-235.

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama. “A Presença Feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX”. IN: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - 2006, Goiânia - Goiás. Anais Eletrônicos do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás: UCG, 2006 (a).

_____. “As Bancas dos Exames Gerais de Preparatórios em Sergipe – 1890”. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: A Pesquisa em Educação - dilemas e perspectivas, 2006, São Cristóvão - SE. Anais Eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em Educação - dilemas e perspectivas, 2006 (b).